CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 490/23

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- Portaria MS nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

- Portaria MS nº 154, de 24 de janeiro de 2018, que cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF.

- Lei Complementar Estadual nº 791, de 9 de março de 1995, que estabelece o Código de Saúde no Estado;

- Lei Orgânica do Município de São Paulo;

- Lei Municipal nº 12.546, de 07 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, e dá outras providências, regulamentada pelo Decreto nº 53.990/13;
- Lei Municipal nº 14.029, de 13 de julho de 2005, que dispõe sobre proteção e defesa do usuário do serviço público do Município de São Paulo, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 14.413, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Município e dá outras providências, alterada pela Lei Municipal nº 15.281, de 9 de setembro de 2010;

- Lei Municipal nº 17.294, de 15 de janeiro de 2020, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no calendário de eventos da Cidade de São Paulo, o dia Municipal de conscientização da fibromialgia.'

- Lei Municipal nº 17.710, de 9 de novembro de 2021, que dispõe sobre a inclusão social para a doença fibromialgia no Município de São Paulo.

Matéria DSP 11930/2023. Documento assinado digitalmente por JULIANA DE MELO TRINDADE SILVA em 26/09/2023 e juntado ao PL 490/2023 por Juliana de Melo Trindade Silva. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=480833.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- PL 263/19, que dispõe sobre o atendimento preferencial a pessoas com fibromialgia no Município de São Paulo e dá outras providências;

- PL 792/19, que dispõe no âmbito do município de São Paulo sobre a criação de carteira de identificação para portadores de fibromialgia, e dá outras providências (com parecer pela Ilegalidade).

- PL 592/21, que cria a carteira de identificação da pessoa com fibromialgia no Município, estabelece prioridade em atendimentos, e dá outras providências.

- PL 781/21, que institui a Política Municipal de Proteção aos Direitos da Pessoa com Fibromialgia no município de São Paulo.

- PL 222/23, que institui a Política Municipal de Proteção aos Direitos da Pessoa com Fibromialgia no município de São Paulo.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 26 de setembro de 2023.

Juliana Trindade
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 232.414

Matéria DSP 11930/2023. Documento assinado digitalmente por JULIANA DE MELO TRINDADE SILVA em 26/09/2023 e juntado ao PL 490/2023 por Juliana de Melo Trindade Silva. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=480833.